

GILBERTO ALVES



Sarney recebe os garotos e elogia seu interesse pelo futuro do Brasil

Minicarta de Minas é entregue a Sarney

JOZAFÁ DANTAS
 Editoria de Política

O presidente José Sarney recebeu ontem a "Minicarta de Minas", documento resultante de dois dias de debates no ciclo Miniconstituinte de Minas, que reuniu cerca de 150 alunos, entre 11 e 18 anos, de 100 escolas particulares, estaduais e municipais do Estado. A carta critica a reforma agrária de ser "apenas aparente" e denuncia as multinacionais de ditarem "as regras econômicas e políticas de nossa Nação".

A carta foi lida pelo garoto Mário Eduardo Coelho de Abreu, eleito ontem de manhã, em Belo Horizonte, presidente da miniassembléia que aprovou o documento. O presidente Sarney ouviu atentamente as críticas e depois elogiou os jovens por estarem interessados pelo futuro do País. Mário Eduardo, que impressionou os jornalistas com o seu desempenho, espera que os futuros constituintes levem em conta suas reivindicações, que são as da faixa etária do zero a 18 anos, como fez questão de frisar.

O encontro, que começou na quarta-feira e terminou ontem pela manhã, foi uma iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria Municipal

de Educação de Belo Horizonte. A carta foi assinada pelos oito relatores das comissões formadas para analisar os temas como educação, saúde e violência, entre outros.

Os meninos consideraram de fundamental importância elevar os investimentos no setor educacional, porque "educação é sinônimo de desenvolvimento". Eles também chegaram à conclusão que não existe educação sem saúde, meio ambiente saudável, assim como alimentação e habitação dignas. Eles pedem uma sociedade mais igualitária, por entenderem que a atual é "falsa", assim como a distribuição de riqueza é "desigual". É preciso "repensar" a sociedade, com a participação mais efetiva dos jovens, pedem eles.

Em sua crítica à reforma agrária, os jovens afirmam que não são "ingênuos" o suficiente para entender que o "sistema de latifúndios continua imperando no setor agrário brasileiro". Para confortar o presidente Sarney, eles dão apoio total e pedem "calorosa-

mente para prosseguir indiferente às pressões que sabemos estar sofrendo".

Uma dura crítica é reservada aos políticos. Os meninos confessam que estão enxergando o futuro político de forma "muito negativa. Imagine que nós, indivíduos de 11 a 18 anos, já não acreditamos mais nesses políticos que estão aí e que se colocam como nossos representantes". Os jovens acham que somente os ricos e os setores dominantes são representados no cenário político. Eles perguntam: "E onde ficam representados os setores trabalhistas, as minorias raciais, o indígena, e os menos favorecidos?"

É diante desse ceticismo que Mário Eduardo pede enfaticamente, diante dos seus 13 anos, que os eleitores escolham os candidatos sérios, porque vão ajudar a decidir o futuro do País. Ele impressionou os jornalistas com o seu tom sério e indagado se pensava ser político, algum dia, ele respondeu que isso não estava fora de suas possibilidades. A sua família não tem tradição política.

Mário Eduardo não sabe que carreira seguir, mas se receber a influência paterna vai estudar direito. Ele não apóia nenhum candidato ao governo de Minas Gerais, mas disse que o seu pai vai votar em Itamar Franco.



Sepúlveda apóia comissão

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, manifestou ontem seu apoio à proposta defendida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, de criar uma comissão de parlamentares para cuidar especificamente da legislação ordinária durante o funcionamento da Constituinte.

A exemplo de Paulo Brossard, o procurador-geral considera uma "boa saída" que essa comissão venha a funcionar sob "delegação interna", um dispositivo já existente na atual Constituição, mas que nunca foi utilizado. Através desse dispositivo, os constituintes têm poderes de delegar a uma comissão as atribuições para apreciar a legislação ordinária.

No entender de Sepúlveda, nos três primeiros meses após a instalação da Constituinte, o Congresso poderá funcionar normalmente porque não haverá discussão em plenário. Entretanto, depois disso será impossível conciliar a legislação ordinária com a votação da própria Consti-

tução. Nesse caso, o Congresso poderá se utilizar da "delegação interna" para cuidar da legislação ordinária.

— A delegação interna tem sido uma solução ágil para vencer as crises de plenário — disse o procurador —, destacando que 70 por cento das leis da Itália foram feitas mediante este dispositivo.

Segundo Sepúlveda Pertence, é uma ilusão achar que paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte o Congresso apreciará projetos polêmicos. Na sua opinião, os projetos de lei mais importantes deverão esperar a conclusão dos trabalhos da própria Constituinte.

Com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, somam a três agora os defensores da criação de uma comissão parlamentar para legislar ordinariamente durante a Constituinte. Só que por enquanto, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, está solitário entre as lideranças partidárias na sua proposta de emenda constitucional.

Crianças pedem ensino público

Recife — Três mil pessoas, a grande maioria crianças, participaram ontem da Passeata da Constituinte, promovida por alunos, professores, pais e funcionários das escolas públicas da rede municipal de Recife. Os manifestantes saíram do Parque 13 de Maio, percorreram as principais ruas do centro e promoveram um ato público na Praça da Independência, onde distribuíram uma "carta aberta aos constituintes".

No documento, eles pedem uma redefinição da política educacional "assegurando a conquista do ensino público municipal, de forma que a escola cumpra sua função básica de ensino, garantindo aos alunos da classe popular a apropriação do saber necessário ao exercício da plena cidadania". Reivindicam creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos e sugerem, também, a introdução no currículo do estudo da cultura afro-brasileira.

Enc X